

OS INTELECTUAIS E A HARPA

Ação, Nação e Nacionalismo nos caminhos polissêmicos do Modernismo

Leonardo da Silva Claudiano¹

RESUMO: Pretendemos, com o presente artigo, identificar algumas polifonias e polissemias do modernismo, principalmente no que se refere ao papel do intelectual, e as abordagens acerca das questões sobre nação e nacionalismo. Pelo caminho percorrido, buscamos localizar os contornos mais nítidos nos debates iniciados a partir da década de 1870, compreendendo, assim, a pluralidade de representações no tempo e no espaço, com rupturas e continuidades; aproximações e distanciamentos.

Palavras-Chave: Modernismo. Nacionalismo. Geração de 1870. Verde Amarelo. Antropofagia.

INTELLECTUALS AND HARP: Action, Nation and Nationalism in the polysemic paths of Modernism

ABSTRACT: We intend, with the present article, to identify some polyphonies and polysemy of modernism, mainly about the role of the intellectual, and the approaches on the questions about nation and nationalism. Along the way, we tried to locate the clearest contours in the debates started in the 1870s, thus understanding the plurality of representations in time and space, with breaks and continuities; approaches and distances.

Keywords: Modernism. Nationalism. Generation of 1870. Verde Amarelo. Anthropophagy.



Introdução

Quando lançamos o olhar para eventos passados, normalmente um recorte temporal e espacial se faz necessário para melhor compreensão de dinâmicas específicas e elaboração de questionamentos. Embora o procedimento seja importante para resgates mais precisos, sua contrapartida – prejudicial até certo ponto – revela-se no estático, ou antes, no desenrolar de curto fôlego, limitado pelo escopo: alguns recortes cronológicos e geográficos terminam por recortar, também, o movimento da história que se pretende recuperar: o caminho se faz imagem. Com isso, não advogamos em prol de um fazer historiográfico que ignora balizas, tampouco defendemos uma construção linear, de eventos encadeados, equacionados em causa e efeito, quase (para)didáticos. Buscamos o inverso: se o caminho se faz imagem no recorte, a imagem se faz caminho na busca de rastros que o estático revela. Nesse desenrolar, ampliamos limites crono-espaciais, encontramos inúmeras dinâmicas cujos limiares se fazem de fronteiras imprecisas, borradadas: é a História como movimento diverso.

A consideração inicial se faz necessária ao pensarmos as relações entre Modernização e Modernismo, dadas no âmbito do Moderno, que geraram – e geram – uma série de experiências, definidas por Marshall Berman (1986) como Modernidade. Relacionadas ao tempo e ao espaço, tais experiências possuem um longo lastro histórico, com avanços e recuos; negações, negociações e afirmações. Nunca homogêneas, constroem-se múltiplas, por sob contrários, entre diversas temporalidades, dialeticamente. Dessa forma, a abordagem de termos cuja relação é tão íntima, torna-se mais abrangente se exploradas de maneira conjunta, com esclarecimentos recíprocos, fundamentadas no tempo, por uma compreensão de movimento e sentidos inúmeros.

¹ Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa CAPES. Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pesquisador do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade (NEHSC/PUC-SP). ID Lattes: 0306-6809-5977-0318, ORCID: 0000-0003-2010-3501. E-mail: leonardo.claudiano@gmail.com.

Berman (1986) nos diz que a experiência da modernidade é resultado, sempre renovado, da dialética entre os aspectos da modernização (paisagem tecnológica e questões econômicas a ela relacionadas) e modernismo (artes, imaginários, sensibilidades). Por conseguinte, as vivências que surgem dessa interação trazem em seu bojo uma rede complexa de aproximações, desejos, abstrações e concretudes feitas por opositos em complementação.

Os apontamentos de Berman nos interessam quando nos debruçamos sobre as questões nacionais, uma vez que nosso intuito é identificar essa relação dialética num espectro amplo, que precede o “ato inaugural” da Semana de Arte Moderna de 1922. Vitoriosa nos imaginários e reelaborada após a década de vinte, o alargamento cronológico e espacial se mostra importante para entendimentos mais complexos, pelo mapeamento de polifonias e polissemias, que enriquecem, inclusive, as reflexões acerca da própria Semana. Vale ratificar: “não se trata de negar a influência desse grupo; ela é de fato indiscutível. Mas é necessário relativizá-la, atentando para outras expressões do moderno presentes na dinâmica cultural brasileira” (VELLOSO, 2011, p. 358). Assim, na procura por ecos de outras temporalidades espaciais, não falamos de modernismo, mas de seu plural em movimento.

Dito isso, regressaremos cinquenta anos, em busca dos “mosqueteiros intelectuais” da “Geração de 1870” (SEVCENKO, 2014). Percorremos meio século, a pontuar interesses que nos permitam pensar a Semana de 22 e seu desdobramento em grupos antagônicos: Verde Amarelo e Antropofagia. Questões como nacionalismo e pensamento autoritário vão figurar em nossas reflexões, bem como as experiências dialéticas da modernidade da qual advêm.

A Geração de 1870

A partir de 1924, com a publicação do “Manifesto da Poesia Pau-Brasil”, por Oswald de Andrade, o modernismo paulista viveu um segundo estágio. À revolta estética, celebrada no discurso de musas inspiradoras e signos tecnológicos, por um inflamado Menotti del Picchia, em meio às vaias do Municipal:

Queremos luz, ar, ventiladores, aeroplanos, motores, chaminés de fábricas, sangue, velocidade, sonho, na nossa Arte! E que o rufo de um automóvel, nos trilhos de dois versos, espante da poesia o último deus homérico, que ficou, anacronicamente, a dormir e sonhar, na era do jazz-band e do cinema, com a flauta dos pastores da Arcádia e os seios divinos de Helena!
(PICCHIA apud CAMARGOS, 2002, p. 101).

Acrescentava-se um pensamento mais amplo acerca da cultura, da nação e do papel de protagonista do intelectual nesse contexto. Em ensaio que analisa a obra “Introdução à realidade Brasileira”, de Afonso Arinos de Melo Franco, António de Alcântara Machado é categórico ao chamado para interpretação e intervenção na realidade nacional: “Intelectuais moços, preparemo-nos para tocar a harpa. Chegou a nossa vez” (MACHADO, 1940, p. 482).

No entanto, as discussões nesse sentido já se encontravam em voga e compreendê-las, em dinâmica, é fundamental para entendimentos inúmeros.

Na segunda metade do século XIX, vemos surgir um grupo de intelectuais cujo movimento literário foi classificado como “modernismo”, pelo crítico e historiador José Veríssimo (VELLOSO, 2011). Nomes como Tobias Barreto, Sílvio Romero e Euclides da Cunha formaram, como já dissemos, o que se habituou chamar de “Geração de 1870”. Já reclamavam, para si, a análise dos problemas do Brasil e os caminhos a serem tomados em suas correções.

Os tópicos que esses intelectuais enfatizavam como as principais exigências da realidade brasileira eram: a atualização da sociedade como o modo de vida promanado da Europa; a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional; e a elevação do nível cultural e material da população. Os caminhos para se alcançar esses horizontes seriam a aceleração da atividade nacional, a liberalização das iniciativas – soltas ao sabor da ação corretiva da concorrência – e a democratização, entendida como a aplicação da participação política. (SEVCENKO, 2014, p. 97).

Pode-se dizer, ainda, que de forma mais nítida, esses intelectuais buscaram sair do escopo do Estado para argumentarem de maneira relativamente autônoma questões tidas cruciais. Um dos núcleos principais dessas indagações, no qual orbitavam os demais, era o debate acerca da nacionalidade. Para “construir a nação e remodelar o Estado, ou seja, modernizar a estrutura social e política do país” (SEVCENKO, 2014, p. 103), as análises se pautariam pelos instrumentos científicos disponíveis até então. Importante dizer que obtiveram relativo sucesso, uma vez que influenciaram o pensamento nacional e seus desdobramentos políticos, bem como inverteram a lógica vigente: não era mais o Estado quem ditava aos seus intelectuais as dinâmicas abstratas e simbólicas da nação, mas o inverso.²

Na política é um mundo inteiro que vacila. Nas regiões do pensamento teórico o travar da peleja foi ainda mais formidável, porque o atraso era horroroso. (ROMERO apud VELLOSO, 2011, p. 355).

Tudo se reformava, através de suas condutas. A imagem do novo a romper com o antigo foi temática costumaz em algumas correntes modernistas. E o antigo precisava de reconhecimento para ser superado, daí a análise em perspectiva histórica. Sílvio Romero, influenciado pela linha de Hypollite Taine, principalmente “*Histore de la literature anglaise*”, vai compreender “o país como resultado do meio físico e geográfico, da raça e do momento” (VELLOSO, 2011, p. 355). Tal como Taine, Romero compôs “*A História da Literatura Brasileira*” com o entendimento de que o documento literário é capaz de revelar o homem invisível por trás do visível. Nacionalidade descoberta, ou antes, esboços com potencialidades e óbices, o intelectual tinha diante de si elementos com os quais pôde interpretar o atraso e projetar o caminho. Já ouvimos aí a voz firme de um caráter autoritário de pensamento. Em palavras diretas, o único segmento capaz de comandar os processos necessários de mudanças político-econômico-sociais, era o intelectual.

De posse de dados do real e observando nossos pretéritos, concluiu-se uma característica mestiça, que foi estudada - ainda que pautada, em grande parte das análises, pela concepção hierarquizante de raças.

Outro elemento recorrente de nosso atraso foi o meio geográfico: a natureza, cantata em prosa e verso e retratada com paleta generosa de cores pelos artistas do Império, passou a ser vista de forma ambígua – a beleza das matas exigia coragem para o seu domínio, persistência e engenho. Porém, pela força bruta e primitiva que demandava, o cultivo intelectual civilizatório ficava em segundo plano, perdendo-se ao longo de sucessivas gerações. A parte negativa dessa equação é importante para o entendimento que se fazia, pois, em sinergia com

² Sevcenko (2014) nos diz que após a Abolição e a Proclamação da República, esses intelectuais foram renegados pela nova classe dirigente. A República se revelaria, aos seus olhos, uma decepção, pelos jogos de poder e validação de interesses de grupos particulares. Entretanto, no médio e longo prazo, suas ideias, revistas em novos contextos, contribuíram na formatação de um pensamento nacional e organização política.

a mistura racial, entregava a realidade do país a qual se debruçavam seus intérpretes (NAPOLITANO, 2016).

Retomando, de forma mais detalhada, o que já comentamos brevemente: Sílvio Romero, em “História da Literatura Brasileira”, congrega esses fatores. Segundo suas análises, a sociedade e a cultura brasileira resultaram de três raças: “(...) temos a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões (...)” (ROMERO apud VELLOSO, 2011, p. 356). À essa mistura, o meio geográfico conformou particularidades que limitaram o desenvolvimento civilizatório. No entanto, não existia fatalidade nos fatos, mas condicionantes, que poderiam ser mitigadas pela ação firme e tutelar de uma elite, pautada nas teorias científicas - por conseguinte neutras e objetivas. Uma delas, o racismo científico, doutrinado por Arthur de Gobineau (“Ensaio sobre a desigualdade das raças”). Para Romero, o principal problema, que impedia a vitória da civilização sobre nossas mazelas, era a mistura de raças e a presença africana maciça em nossa sociedade. Entretanto, apesar de influenciado por Gobineau – como boa parte da intelectualidade – Sílvio Romero o ressignificou nos trópicos: se para o pensador francês a miscigenação conduzia uma sociedade ariana para a deterioração, para o literato brasileiro, a sociedade miscigenada devia persistir nos encontros biológicos, porém com o maior afluxo de sangue branco, “apagando as diferenças raciais que estão na origem do povo brasileiro e fazendo triunfar uma raça única e original” (NAPOLITANO, 2016, p. 45).

Outro intelectual que se sobressaiu no período foi Euclides da Cunha. Autor de “Os sertões”, personificou o “mosqueteiro intelectual”: homem de pensamento e ação. A observação e a coleta de dados ditaram o tom de sua produção intelectual (SEVCENKO, 2014). Igualmente adepto das teorias racistas, juntou às suas análises algo de sociológico ao tratar do conflito de Canudos. Não obstante a convicção da incivilidade dos revoltosos – homens e mulheres brutos pela hostilidade do meio, da miséria e do hibridismo da raça – denunciou em sua obra mais famosa o descaso político, a falta de empatia das elites litorâneas e o abandono generalizado ao Brasil dos sertões. Concluiu que a Guerra de Canudos prescindia do Exército: o combate deveria ser feito com escolas e integração sociocultural (NAPOLITANO, 2016).

Portanto, percebemos em Euclides a conjunção de duas leituras sobre a realidade brasileira: a primeira, enxerga na raça e no meio a responsabilidade pelo atraso; a segunda, condena o descaso político e econômico, acusando-os como geradores da miséria. Leituras que se aproximam no autor, mas se afastam em outros intelectuais, como no próprio Sílvio Romero, para quem miséria e miscigenação caminhavam juntas. Ou, na extremidade oposta, em Lima Barreto, para quem a justiça social dispensava teorias científicas racistas – estas só agravavam o problema, por vestir de verdade científica o racismo. Justiça social se constrói no campo das ciências políticas e econômicas, não biológicas. Trazendo essa abordagem para sua produção literária, cuja entendimento é do papel militante da arte, fazendo “de seu instrumento artístico um instrumento de difusão das grandes ideias do tempo” (BARRETO apud SEVCENKO, 2014, p. 99), Lima Barreto marcou presença importante nos olhares que se lançaram pelos problemas do Brasil nos cinquenta anos que antecederam o “marco” do modernismo dos anos vinte.

Na visão corrente, Lima Barreto é tido como “pré-modernista”. Porém, como nosso intuído e dar dinâmica, movimento e localizar o modernismo num tempo e espaço de pluralidades, a classificação se perde. O “pré” se mostra como uma perspectiva que “arrisca perder de vista a dinâmica do processo histórico. Acaba considerando-se apenas um discurso e uma determinada leitura sobre o moderno, apagando-se a expressão das demais memórias” (VELLOSO, 2011, p. 358). Assim, nega-se um desenrolar cadenciado e fios que ligam momentos: a arte militante de cunho social, de Lima Barreto, deixa ecos em produções posteriores.

Oswald de Andrade, por exemplo, na terceira parte de “Os condenados: a trilogia do Exílio”, “A escada” (originalmente “A escada vermelha”), narra, ficcionalmente, sua adesão ao comunismo e, por esse viés, olha a cidade e as relações sociais que se desenvolvem. É um fazer literário de caráter social, de perspectiva transformadora e libertadora. Monica Pimenta Veloso (2011) vai nos dizer que Sílvio Romero, em seu trabalho de busca de contos e cantos brasileiros, esboçou a sistematização desse tipo de levantamento, aperfeiçoado, posteriormente, por Mario de Andrade, em suas incursões pelo interior à caça de nossas tradições culturais múltiplas. O sertão de Euclides da Cunha, reinterpretado pelos verde-amarelos, é o que inspirará a poesia de Cassiano Ricardo.

À essas observações, acerca das questões nacionais e do papel do intelectual, outras serão somadas. E de nomes importantes, como Alberto Torres e Oliveira Vianna.

Alberto Torres e Oliveira Vianna

Entre a “Geração de 1870” e o grupo modernista de 1922, existiu um evento histórico e de grandes proporções que gerou impacto em diversas partes e questionamentos mais enfáticos à forma de civilização ocidental: a Primeira Guerra Mundial. O progresso científico e o desenvolvimento tecnológico perderam sua aura emancipatória e demostraram, crumente, e pela primeira vez na História, a possibilidade da destruição em massa num curto período. A um oceano de distância, os efeitos da guerra se fizeram sentir no Brasil. Pelo registro de Antônio de Alcântara Machado:

E de repente a guerra. Tristeza que a gente só vagamente conhecia disfarçada em heroísmo nos compêndios de história. Foi um espanto (...). Depois da desgraça acabada é que se avaliou o que os homens mataram nos campos de batalha, em si mesmos, nos outros, em tudo. A paz não veio principiar os tempos de depois da guerra, mas restabelecer aquêle período angustiosos de antes da guerra (...).

O horror não coube na Europa e transbordou. O mundo inteiro sentiu o abalo. No Brasil o que só estava de pé por milagre desmanchou-se logo em ruínas. Tudo no chão: finanças avariadas, literatura erradíssima, política inqualificável, jornalismo desonesto, ensino ignorante, cultura vazia e assim por diante.

(MACHADO, 1940, p. 331).

Em face da percepção de tal quadro, o escritor (intelectual) deveria adotar posição e discurso enfáticos:

Eu só acredito na sinceridade de minha geração quando tomada pelo espírito da revolta. Porque não comprehendo nela outra atitude a não ser a de reprovação e combate diante do Brasil atual. Do mundo atual também podia ser. Mas é o Brasil quem nos interessa. (MACHADO, 1940, p. 330).

Esse combate deveria se dar em várias frentes, todas correlatas. Como veremos, cada forma de atuação diante das demandas do contexto vivido se dará de uma maneira, seguirá por uma vertente, às vezes próximas, às vezes opostas. O único ponto de convergência é o papel do intelectual como protagonista das mudanças necessárias. E não nos referimos, apenas, aos nomes associados à Semana de Arte Moderna de 1922. Intérpretes como os já citados Alberto Torres e Oliveira Vianna, viam-se indispensáveis ao tal chamado nacional. José Luis Bendicho Beired afirma:

De acordo com uma visão elitista do processo social, achavam-se imbuídos de uma missão de salvação nacional, a qual se realizaria por meio de orientação das classes dirigentes e da participação direta dos intelectuais na política e no Estado. (BEIRED, 1999, p. 61).

Foi um auto chamado, podemos classificá-lo. Em 1914, Alberto Torres publicou “O problema nacional brasileiro”, pelo qual ratificou a importância da intelectualidade e a convocou a se tornar o que estava destinada a ser: uma força – a única – capaz de responder às causas do atraso nacional (BEIRED, 1999).

Sobre Alberto Torres, pela influência que exerceu, é importante uma análise maior. Nascido no Rio de Janeiro, em 1865, teve prolífica vida intelectual e política. Jurista, deputado federal, ministro da Justiça (Prudente de Moraes), governador do RJ e ministro do Supremo Tribunal Federal, suas ideias reforçaram à concepção autoritária nacionalista, principalmente, com críticas contundentes à doutrina liberal aplicada ao Brasil, que acusava ser incompatível com a nossa História. Contrapondo, advogava em favor de um Estado forte, centralizado, comandado por pessoas verdadeiramente patriotas - não daqueles patriotismos de fachada, os-tentado pelas elites políticas da República de então. Em suas palavras:

Não se admira que esse patriotismo evite contemplar a verdadeira situação da Pátria e corra à invocação litúrgica da bandeira; que esqueça o Cristo e apegue-se à cruz; que abandone a terra e a gente e condene a prole à miséria, delirando de êxtases místicos ao som do hino nacional (...).

(TORRES apud FAUSTO, 2001, p. 15).

Torres vinculou a questão do nacionalismo ao descalabro econômico, cujo lastro o conduziu de volta ao período colonial. O processo de rapina das riquezas brasileiras por parte da Metrópole se intensificou no novo cenário mundial do liberalismo. Contra o monopólio internacional das grandes corporações econômicas, Torres receitava o fortalecimento da produção para o consumo e desenvolvimento do mercado interno. Pautado em correntes europeias (Barrès e Maurras), contrapunha campo e cidade, vendo o ambiente rural como positivo e o urbano como deficiente. No entanto, se o campo se encontrava em penúria, o débito deveria recair sobre às elites litorâneas, numa conclusão que o aproximava de Euclides da Cunha. Propunha, como solução concreta, a realocação do homem no interior, em pequenas propriedades, que seriam garantidas pelo Estado. No âmbito dos simbolismos, a construção da unidade nacional caberia exclusivamente aos intelectuais, que deveriam agir “por meio da imprensa, da educação, da opinião pública e do estudo” (BEIRED, 1999, p. 37).

A influência de Torres foi tão grande no pensamento nacional, que a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, fundada em 1932 por figuras integralistas e autoritárias, e que tinha por objetivo debater e promover sua obra, atravessou todo o Estado Novo, findando, apenas, em 1945. Suas ideias chegaram a outro grande nome do período, Oliveira Vianna.

Convertendo, em ação, as recomendações de Alberto Torres, Vianna assumiu seu papel de intelectual, pesquisando e formulando soluções para os problemas brasileiros, que passavam, obrigatoriamente, pelas reflexões acerca da nação. A questão ganhou corpo robusto, configurando um nacionalismo militante: não mais o ufanismo tolo, o amor telúrico à natureza, como no pré-1870, mas à análise e compreensão fria da realidade.

Numa perspectiva histórica e com observações que se aproximavam de Sílvio Romero, Vianna entendeu que o problema do Brasil decorria de questões relacionadas ao meio geográfico e a raça (BRESCIANI, 1998). Segundo suas conclusões, a dimensão continental do país e as dificuldades impostas pelas distâncias e ambiente natural geraram o isolamento de muitos

núcleos, fortalecendo a relação centrada no clã familiar. Dessa maneira, os sentimentos nacionais e públicos não existiam. Em seu lugar, surgiu uma solidariedade de dependência entre os senhores produtores e seu clã, sanguíneo e de convivência. Tal isolamento foi visto de forma dúbia por Vianna, de acordo com as ponderações de Boris Fausto (2001). Ao mesmo tempo em que enxergava nessa relação de clã valores significativos, como persistência, coragem, moral e fidelidade (principalmente nos proprietários) -, notava, igualmente, a formação de uma elite bronca, distante de aspectos civilizatórios. Esse ponto se tornou ainda mais prejudicial com as misturas raciais ocorridas ao longo do tempo. Partidário das teorias raciais que colocavam o ariano no topo do desenvolvimento civilizacional, Vianna considerou que os primeiros senhores coloniais no Brasil decaíram, geração após geração, devido ao isolamento proporcionado pelas distâncias e obstáculos naturais, somados à miscigenação.

Vale ressaltarmos outro fator: em sua visão, a relação de clã, liberta de um poder central que lhe garanta unidade, colocou em risco as fronteiras do país, bem como impediu a criação de uma consciência nacional. Ao criticar o liberalismo da República, Vianna o fez nessa perspectiva de interesses regionais e individuais se sobrepondo ao nacional e coletivo. Por consequência, deduziu que o sufrágio universal, na ausência de unidade, deixava o voto à mercê de exploradores, cuja ganância ofuscava os interesses do país.

A solução dos males deveria passar, portanto, não nas importações estrangeiras de organização político social, como o liberalismo, mas em relações que levassem em consideração a nossa História. Importante reafirmarmos que a opção autoritária de Vianna se fiava nas análises que empreendeu no país. Assim, não propagava a superioridade do autoritarismo em relação a lógica liberal. Acreditava que, nas circunstâncias históricas brasileiras, o regime pautado na autoridade era orgânico, uma vez que, pelo exposto acima, inexistia uma sociedade solidária e de interesses coletivos (ao contrário dos Estados Unidos e da Inglaterra, cuja dinâmica histórica propiciava o que aqui nos limitava como nação).

Qual seria, desse modo, a nação para Oliveira Vianna? Dialogando com Euclides da Cunha, a nacionalidade se encontrava no Brasil do sertão, onde existia “a coragem, a resistência à adversidade, o apego à vida doméstica, a brandura, a cordialidade, a moderação, a hospitalidade, o gosto pela paz, espírito racial democrático, alegria, simplicidade e ingenuidade” (BEIRED, 1999, p. 206). À essa idealização rural, somava-se uma elite esclarecida, vinculada a um Estado forte e centralizado, que possibilitasse o surgimento de um sentimento de pertencer. Estado que teria a responsabilidade de promover a imigração, o afluxo de sangue branco, com o intuito de tornar o homem nacional um mestiço de qualidade superior.

A ode ao campo como lugar de virtudes nacionais, a se contrapor ao ambiente urbano e cosmopolita, vai definir uma das tendências do modernismo paulista de 1922: a corrente Verde Amarela.

O Verde Amarelo e a Antropofagia

Os verde amarelos (Menotti Del Picchia, Plínio Salgado, Cassiano Ricardo, Alfredo Ellis, Cândido Motta Filho), publicaram no Correio Paulistano o “Manifesto Nhengaçu Verde Amarelo” (CORREIO PAULISTANO, 17 mai. 1929, p. 4) , no qual defenderam, de forma categórica, as fronteiras nacionais contra o afluxo cultural estrangeiro. Flertaram com a teoria dos dois Brasis: o cosmopolita, de aparências e litorâneo; e o autêntico, tradicional e rural. Entenderam que a brasiliade nata residia nos sertões e no passado de nossa gente. Não por acaso, deram imagem ao seu discurso pela figura do Curupira, retirada de nosso folclore. De pés voltados para trás, o Curupira caminhava para frente: o futuro é tradição (VELLOSO, 2011). É

interessante resgatar, também, trechos do poema “Canção Geográfica”, de Cassiano Ricardo. Nele, por metáforas claras e autoexplicativas, contrapuseram-se, sem filtros, os dois Brasis.

O que procuro é terra firme
 Pois nasci junto da serra
 De costas voltadas para o mar (...)
 A estar chorando de saudade portuguesa
 Prefiro varar o sertão
 Que é o meu destino singular (...).
 (RICARDO, apud VELLOSO, 2011, p. 376).

Fatos curiosos e complexos se revelam no movimento modernista paulista. Foi uma corrente de predomínio urbano e influenciada por vanguardas europeias. Porém, em seu debate acerca do que é o Brasil, ramificou-se em vertentes que só possuem em comum o questionamento inicial. Das análises e resultados, os caminhos são extremamente contraditórios. Fato que fica evidente no texto inaugural da Revista de Antropofagia³, assinado por Antônio de Alcântara Machado, publicado em maio de 1928, com o título de ABRE-ALAS.

Nós eramos xipófagos. Quase chegamos a ser deródimos. Hoje somos antropófagos. E foi assim que chegamos à perfeição.
 Cada qual com o seu tronco mas ligados pelo fígado (o que quer dizer ódio) marchávamos em uma só direção. Depois houve uma revolta. E para fazer essa revolta nos unimos cada vez mais. Então formamos um só tronco. Depois o estouro: cada um de seu lado.
 (...) a geração actual coçou-se: apareceu o antropófago: nosso pai, princípio de tudo. Não o índio. O indianismo é para nós um prato de muita substância. Como qualquer outra escola ou movimento. De ontem, de hoje e de amanhã. Daqui e de fora. O antropófago come o índio e come o chamado civilizado: só ele fica lambendo os dedos. Pronto para engolir os irmãos. (MACHADO, 1928, p. 1).

O ABRE-ALAS é revelador em diversos aspectos. Em um espaço diminuto, o escritor sintetizou as intenções antropofágicas em curtos parágrafos, deixando rastros telegráficos que repercutiram em maiores escalas. Ao resgatar um passado não tão distante e dele se apropriar, o autor legitimou seus apontamentos de destinos futuros. O ABRE - ALAS, em maiúsculas, batizou um texto que embaralhou a cronologia, revelou uma união despersonalizada, que apenas foi possível pelo objetivo comum de derrubada, logo tornando-se incongruente na reconstrução em terra arrasada. Resumo: éramos xipófagos e unidos pelo fígado para soterrar o passadismo. Nossas trincheiras foram as mesmas em 1922, quando procuramos acertar o compasso das artes ao tempo histórico vivido, (re)compondo a dialética entre modernização e modernismo, que se traduz nas experiências modernas (BERMAN, 1986). Fim do combate, era chegada a hora de se pensar a nacionalidade; era chegado o momento de definição do papel do intelectual no campo político e social. Eis que cada um foi para o seu lado. E nós, antropófagos, estávamos na perfeição, que é movimento, que é deglutição crítica e seletiva.

O texto de Antônio marca a posição da revista. Quando do estouro, a Antropofagia se colocou em campo oposto ao Verde-Amarelo - o modernismo de viés conservador, pautado pelo binômio nação-espaco, pelo ser brasileiro imerso em uma relação social de padrões homogêneos, idealizados.

³ Apesar da importância histórica que adquiriu, sua circulação foi modesta. Limitou-se ao círculo intelectual do período e, pelo diálogo entre pares, procurou expandir suas ideias para além das fronteiras paulistas. A Revista de Antropofagia foi publicada entre os anos de 1928 e 1929, em duas fases. A primeira, mensal, de 05/28 – 02/29. A segunda, como “encarte” no Diário de São Paulo, a partir de 03/29, semanalmente, num total de 16 números.

Na Antropofagia, os intelectuais igualmente pretendiam participar dos destinos políticos e sociais do país. Entretanto, suas concepções eram contrárias. A elaboração, em contornos mais nítidos do se pensar a identidade e a cultura nacional, apresentou linhas que não se fechavam em si mesmas e tendiam a borrar as fronteiras cronológicas e espaciais, num movimento ininterrupto de hibridismos dos mais diversos. Para a Antropofagia interessava o diferente como possibilidade de se afirmar e reafirmar nessa diferença. Uma ideia de alteridade radical, no qual o diverso compõe a síntese, que se recoloca nos desvios, não nas congruências. O novo, que é devorado, é reunido, não absorvido, simplesmente. Estímulos para hibridismo são buscados, inventados, descartados. A Antropofagia inverte a lógica da equação eurocêntrica e, com isso, torna os elementos outrora marginais, agentes do processo. As práticas de resistências se mostram diversas e escorregadias. Centro e periferia sofrem abalos em sua composição hierárquica. Lógica e ilógica. Mente e corpo. Tudo é desconstruído, descentralizado e, para o bom selvagem de Rousseau, para o índio da “lata de goiabada”, a antropofagia nos traz o índio astuto, vingativo, o mau selvagem. (CAMPOS, 1974: 49). O “Manifesto Antropófago” buscou a brasiliade não na tradição, unicamente, mas na tradição que se mesclava com o novo, com o moderno. O tradicional, para os antropofágicos Oswald de Andrade, Antônio de Alcântara Machado e Tarsila do Amaral, foi de tendência cosmopolita. Foi litorâneo e rural, popular e erudito. Foi, inclusive, a batalha dessas diversas narrativas.

Considerações Finais

Fato é que nos deparamos com uma multiplicidade de modernismos – e concepções nacionalistas que lhes acompanharam. Em paralelo, por vezes se cruzaram, noutras se afastaram, antagonicos e irreconciliáveis. A única constante foi o papel que os intelectuais legaram a si mesmos, de protagonistas, bem como a tentativa de participar de forma direta ou indireta da política institucional: Cassiano Ricardo ocupou diversos cargos no Estado Novo; Plínio Salgado foi alijado do poder, mas encabeçou a Aliança Integralista, o maior movimento fascista da América Latina; Antônio de Alcântara Machado foi eleito deputado por São Paulo (faleceu pouco antes de assumir); Oswald fez parte dos quadros do Partido Comunista.

Apesar de todo rastro, os intelectuais reunidos em 1922 advogaram para si o ineditismo do modernismo no Brasil. Considerando o lugar que ocupam no referente que o termo desperta, obtiveram sucesso considerável. Marcia Camargos (2002) e Mônica Pimenta Velloso (2010) atribuem ao feito dos paulistas a propaganda que fizeram de si mesmos, o meio econômico, intelectual e a imprensa. Não negam, em momento algum, a importância do movimento, apenas ponderam que marcos desse tipo, como o da Semana, inauguram um fato, negando a importância do acúmulo, importante para se pensar o Brasil, inclusive no pós-30. Afinal, de todas as concepções postas à mesa, podemos dizer que a República, depois de trinta, foi fortemente influenciada pelas linhas mais autoritárias e conservadoras, que despontaram já em 1870.

Referências

BEIRED, José Luis Bendicho. **Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina.** São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancia no ar.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Forjar a identidade brasileira nos anos 1920-1940. In: HARDMAN, Francisco Foot. **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo: UNESP, 1998.

CAMARGOS, Marcia. **Semana de 22: entre vaias e aplausos**. São Paulo: Boitempo, 2002.

CAMPOS, Haroldo de. Uma poética da radicalidade. In: ANDRADE, Oswald. **Poesias reunidas de Oswald de Andrade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

FAUSTO, Boris. **O pensamento nacionalista autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MACHADO, Antônio de Alcântara. **ABRE-ALAS**. Revista de Antropofagia, São Paulo. 1^a Dentição, ano 1, n. 1, p. 01, maio 1928. Disponível em <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000033273&bbm/7064#page/1/mode/2up>. Acesso em 27 set. 2020.

MACHADO, Antônio de Alcântara. **Cavaquinho e Saxofone** (solos). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República**. São Paulo: Contexto, 2016.

PICCHIA, Menotti; RICARDO, Cassiano; SALGADO, Plínio; et al. **Manifesto Nhengaçu Verde Amarelo**. Correio Paulistano, São Paulo, 17 mai. 1929. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_07&pagfis=35589. Acesso em 27 set. 2020.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VELLOSO, Monica Pimenta. **História & Modernismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge (org.); DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano VI. I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.